

ENTREVISTA



Ricardo Antunes*

 <https://orcid.org/0000-0003-1900-8160>
 <http://lattes.cnpq.br/9707653483059523>

Comitê editorial

Josiane Soares Santos

Laurinete Silva

Loiva Mara de Oliveira Machado

Rodrigo Teixeira

Nesta edição de n. 48, com o tema das novas Tecnologias de Informação e Comunicação o Comitê Editorial da Revista Temporalis convidou o Prof. Dr. Ricardo Antunes para sua seção de entrevista. Reconhecido por suas pesquisas e ampla obra sobre o mundo do trabalho, há mais de 40 anos, o Professor reflete sobre as particularidades do capitalismo no Brasil e a organização da classe trabalhadora.

Professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (UNICAMP) e professor visitante em universidades no Brasil e no exterior, Antunes contribui ativamente, tanto para a produção do conhecimento como para subsidiar as lutas sociais. Nesta entrevista aborda suas teses sobre “capitalismo de plataforma” apresentando uma ilustrativa descrição do capitalismo e da condição da classe trabalhadora nesse momento histórico, com foco no debate sobre o avanço das tecnologias no mundo do trabalho. Reflete também acerca de possibilidades da luta de

*Sociólogo. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, Brasil). Docente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas ((IFCH/UNICAMP, Campinas, Brasil). E-mail: rantunes@unicamp.br

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p379-385



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

classes pois, “uma nova morfologia do trabalho gera uma nova morfologia das lutas sociais”.

A entrevista foi realizada por gravação em áudio, o que permite a fluidez do pensamento, caracterizando-se num diálogo com o entrevistado. Para transcrição foi utilizado o aplicativo conversor de áudios TurboScribe, sendo o texto revisado entre os pares.

Temporalis: O professor é um estudioso reconhecido sobre o mundo do trabalho há décadas e acompanha os processos pelos quais o mesmo se metamorfoseia, com destaque, no período recente, para sua intensificação sob a forma da automação e do trabalho uberizado. Poderia resumir os principais marcos desse processo considerando o neoliberalismo, as particularidades do capitalismo financeiro e os impactos para a classe-que-vive-do-trabalho?

Ricardo Antunes: O processo que nós estamos vivendo agora, ou seja, as causas principais, os principais marcos dessas mudanças que vêm afetando o mundo do trabalho, nós encontramos inicialmente, no final da década de 60, quando houve a eclosão das lutas sociais de 1968. 1968 foi um momento de crise aguda do capitalismo, do início dela. O Alain Bihl, um sociólogo marxista francês que eu acompanho muito, uma vez recuperou uma ideia.

A juventude operária dos anos 60, da década de 60, percebeu que não valia a pena “perder a vida imaginando em ganhá-la”. Ou seja, o taylorismo e o fordismo indicavam que se a classe operária europeia trabalhasse, trabalhasse, trabalhasse um dia teria uma boa vida. E a juventude, a segunda geração de operários e operárias, digamos, nesse ciclo dos anos dourados, do pós-segunda guerra, percebe o engodo de perder a vida para ganhá-la.

Ou seja, não valia a pena trabalhar, trabalhar, trabalhar, para na hora de ganhar a vida, a vida já ter, digamos, se exaurido e passado. Grosso modo, com o contexto da retração do capital em 1968 e a percepção do início de uma crise profunda que vai se agudizar em 1973, as lutas sociais foram deflagradas na França, Alemanha, Estados Unidos, Brasil, Itália, Argentina em 1969, para dar alguns exemplos. A invasão russa à Tchecoslováquia é uma expressão. 1968-69, marcaram um período de lutas sociais amplificadas. Mas a verdade é que o sistema do capital conseguiu derrotar as lutas operárias em todos esses países que eu citei, está certo? E a partir daí se redesenhou uma trípode destrutiva que vai comandar o mundo, digamos, a partir do início dos anos 70.

Esta trípode destrutiva pode ser assim sintetizada como resultado de uma crise estrutural do capital, isto é, não era mais uma crise conjuntural; não era mais uma crise cíclica de uma ascensão e depois descenso, mas ao contrário, era o início de uma crise estrutural de tendência declinante e muito profunda. O que aconteceu? A partir daquele momento o capital redesenhou o seu sistema produtivo. Não era mais possível produzir com base no taylorismo e no fordismo. Taylorismo e fordismo sabemos, produção em massa gerava uma quantidade imensa de produtos que eram finalizados e quando você tem crise de superprodução e não tem consumo, a economia colapsa. Os automóveis foram exemplo disso, estavam estacionados nos pátios das montadoras sem compradores.

Esta crise, digamos assim, na sua aparência uma crise do sistema taylorista e fordista, — porque mais profundamente era “uma crise do sistema de metabolismo social do capital”

— obrigou o capital a redesenhar uma nova planta produtiva que nasceu a partir da fusão de dois ou três experimentos. O toyotismo japonês, que a partir dos anos 70 começou a se ocidentalizar, uma vez que no Japão ele começou logo no pós-guerra. Além do sistema toyotista japonês, nós tivemos a explosão no Vale do Silício, o nascimento da economia digital, a explosão inicialmente do mundo da automatização, da robótica, da microeletrônica e que desenvolveu hoje o mundo da inteligência artificial, dos algoritmos etc.

Essa mudança produtiva fez com que a nova planta produtiva que aflorou não fosse mais a indústria de massa de grande quantidade, mas a indústria flexível, enxuta e liofilizada. Ou seja, muito trabalho morto, o mais possível; quer dizer, muita maquinaria, robotizada no início e digitalizada depois, e o menos possível de trabalho vivo, redução de trabalho humano, sempre sabendo que o capital, sem trabalho humano, ele morre, ele não se reproduz. Então o capital pode reduzir o trabalho humano ao mínimo, mas não pode eliminá-lo.

Além dessa mudança da planta produtiva, que o David Harvey chamou com muita felicidade de acumulação flexível, nós tivemos a explosão do neoliberalismo e da financeirização. O neoliberalismo todos sabemos, a privatização exacerbada de tudo. Mas o mais importante neste processo é a presença de uma nova era do capitalismo, que não é mais uma hegemonia do capital industrial, mas é um capitalismo sob hegemonia financeira. Em duas palavras, o que quer dizer isso? Nascerem grandes grupos de gestão, grandes grupos de investimento e que vão passar a controlar o sistema do capital global, tanto na esfera da produção quanto da circulação, seja na indústria, na agroindústria e nos serviços.

Isso mudou o cenário do mundo, porque na lógica do neoliberalismo, da era da expansão informacional e digital e na era da financeirização, o trabalho que o capitalismo imagina e criou como seu modelo típico era um trabalho desprovido de direitos e que pudesse ser explorado ilimitadamente. Por quê? Porque ao mesmo tempo em que você rompe com os direitos da classe trabalhadora, você faz com que a classe trabalhadora passe a depender financeiramente do sistema bancário e financeiro para poder sobreviver.

Temporalis: O professor afirmou recentemente que o capitalismo de plataforma recupera a protoforma do capitalismo. Seria possível explicitar melhor essa ideia e como podemos relacioná-la ao Projeto de Lei nº 12/2024, que visa “regular” o trabalho de plataforma?

Ricardo Antunes: É nesse contexto que eu desenvolvi três teses para explicar este cenário. Em verdade, quatro. Uma delas, que você me pergunta, denominada como “capitalismo de plataforma”, recupera elementos da protoforma do capitalismo. O que eu quis definir com isso? O “capitalismo de plataforma”, que eu aqui uso entre aspas, é uma conceitualização descritiva e não uma conceitualização no sentido pleno.

Um parêntese: “capitalismo de plataforma” não é um conceito para mim, é uma descrição, porque o capitalismo é uno, o capitalismo é um só, tá certo? É o capitalismo do nosso tempo, ele é totalizante. Quando falamos em “capitalismo de plataforma”, entre aspas, nós estamos descrevendo aquelas empresas capitalistas que sequer existiam nos anos 70 e 80 e que começaram a nascer a partir dos anos 90. Por exemplo, a Amazon data de

meados da década de 90, a Uber 2009 e 2010, a Amazon Mechanical Turk 2004 e 2005, que é um prolongamento e ampliação enorme da Amazon.

E de lá para cá, Airbnb, 99, Cabify, Lyft, Deliveroo, é uma imensidão de plataformas que nasceram. O que elas fazem? Em plena era do “capitalismo de plataforma” — ou seja, do capitalismo fundado na existência de uma massa sobrando de trabalhadores e trabalhadoras, de uma força de reserva desempregada, o que Marx chamava de superpopulação relativa e que não para de crescer — esta força sobrando de trabalho, esse exército ampliado de reserva, vai se constituir em força de trabalho disponível para as grandes plataformas. As grandes plataformas nesse momento, então, dão o que eu provocativamente chamo do *golpe Frankenstein*.

Elas sabem que tem alta tecnologia, há uma crise estrutural do sistema do capital e há uma massa trabalhadora desesperada por qualquer trabalho. Elas abrem as plataformas para essa classe trabalhadora com uma condição: vão levar ao limite o assalariamento, a exploração e a proletarização do trabalho, porém negando juridicamente a existência do proletariado ou do assalariamento. Então, foi preciso inventar mistificações do tipo “trabalho de empreendedores”. Nasce o “empreendedorismo” e o trabalhador não é mais trabalhador, é um indivíduo “autônomo” que é um “proprietário”.

Se você tem “empreendedores”, eles não são trabalhadores nem trabalhadoras. Este é o “pulo do gato”. Portanto, estão fora da legislação protetora do trabalho. Isso faz com que o “capitalismo de plataforma” utilize práticas de exploração do trabalho do século XIX. Quando no século XIX, na Revolução Industrial, na Inglaterra, mulheres, crianças e homens trabalhavam, por exemplo, no *outsourcing*, como era chamado, trabalhavam em suas casas, numa jornada ilimitada, sem nenhum direito e numa exploração predatória, sem limites. O mesmo que ocorre no século XXI. Trabalhadores e trabalhadoras operam nas plataformas. Motoristas, por exemplo, a jornada média de trabalho é 10, 12, 14 horas, num país como o Brasil, não contando o tempo de espera, o que torna ainda muito maior. A exploração é ilimitada e desprovida de direitos.

Então, o “capitalismo de plataforma” criou, recuperou, voltou a explorar, a utilizar mecanismos de exploração típicos do século XIX, jornadas ilimitadas é exploração. A espoliação do século XXI, que é dependência hoje dos trabalhadores e das trabalhadoras do sistema financeiro; eu tenho que alugar ou comprar um carro, alugar ou comprar uma moto, uma bicicleta, uma bag, o celular... ou seja, os trabalhadores e trabalhadoras, quando entram nas plataformas, já entram endividados/as. Então são espoliados/as pelo capital financeiro e sofrem um processo de expropriação. Como na acumulação primitiva, qual é a expropriação dos nossos dias? Os trabalhadores e as trabalhadoras do setor de serviços platformizados não têm nenhum direito.

É isso que faz com que eu tenha feito essa provocação. O “capitalismo de plataforma” tem algo a ver com a protoforma, com a fase primitiva, primeira do capitalismo.

Temporalis: Como o professor avalia as formas de organização dos/as trabalhadores/as platformizados/as? Acredita que elas tragam inovações e lições para as “tradicionais” formas de organização política da classe trabalhadora? Em caso positivo, quais destacaria?

Ricardo Antunes: Naturalmente que este processo significa que aquela fábrica taylorista e fordista que tinha gerado o sindicato de massa — o sindicato ampliado, o sindicato da indústria automobilística, por exemplo, nos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Brasil onde vimos as lutas do ABC paulista em 78, 79, 80 — aquele sindicato da grande fábrica industrial, hoje tem dificuldades. A fábrica do nosso tempo, a indústria que mais cresce, por exemplo, nós continuamos tendo indústria automobilística, só que em vez de termos 30, 40 mil operários na Volkswagen e no seu entorno, hoje temos menos de um quarto disto. A Ford do Brasil, que tinha uma grande fábrica em São Bernardo, que eu conheci nos anos 80, não existe mais hoje.

Então, em paralelo à retração da presença operária concentrada na fábrica taylorista e fordista dos anos 50, 60 e 70, nos defrontamos hoje com uma classe proletarizada que, no setor industrial, diminuiu a sua quantidade. É claro que isso varia de país para país. Por exemplo, no caso chinês e indiano, o proletariado industrial não para de se expandir, mas no caso brasileiro nós temos uma retração do proletariado industrial.

Isto é muito mais visível nos países capitalistas centrais. Na Inglaterra, por exemplo, a retração do proletariado industrial é muito grande, porém, ao contrário do fim do proletariado, tivemos a ampliação dos trabalhadores da agroindústria e, especialmente, do proletariado de serviços. Por quê? Este é um terceiro ponto fundamental.

No neoliberalismo há um preceito básico: tudo que é público e pode gerar lucro e mais-valia deve ser privatizado. E o setor público foi inteiramente privatizado. Quem já tem uma certa idade lembra que a saúde era pública, a educação era pública, a previdência era pública, água, luz etc. Eram bens públicos fornecidos por empresas públicas. Hoje é tudo privatizado. Isto gerou um novo proletariado de serviços. Por exemplo, nós tivemos a explosão, 25 anos atrás, no início dos anos 2000, no caso brasileiro e mundial, dos *call centers*, das trabalhadoras de *call center*.

Hoje, o proletariado que mais se expande nessas últimas duas décadas é o proletariado de serviços, entre eles o das plataformas. Só que é um proletariado diferente. Primeiro, é muito composto e heterogêneo.

A sua heterogeneidade é no que diz respeito à sua formação, à sua origem, à sua qualificação e à sua experiência. Eu já entrevistei motoristas de Uber ex-metalúrgicos, ex-trabalhadores bancários, já entrevistei um engenheiro químico, um veterinário, ex-trabalhadores que eram motoristas de caminhão. É muito heterogêneo. Se você vai para os trabalhadores de entrega de motos, é mais ainda, porque antigamente tínhamos o trabalhador motoqueiro, que trabalhava com motos, e tinha direitos sob o espectro da terceirização. Hoje o trabalhador para se conectar com uma plataforma como a iFood, por exemplo, não precisa ter nenhuma experiência como motoqueiro. Ele precisa ter uma moto e uma carteira de habilitação. Ele pode ter comprado a moto na hora, tirou a carteira e pode começar, digamos assim, a trabalhar. Então ele não tem tradição anterior. Muitos são jovens que vêm da informalidade e começam a trabalhar e se expandir em uma categoria nova que não tem tradição de luta coletiva conjunta. São experiências muito heterogêneas e cujo processo de formação é difícil.

Mas atenção: eu sinalizo desde o “Privilégio da Servidão” — meu livro publicado em 2018, na primeira edição, edição atualizada em 2020 — que uma nova morfologia do trabalho gera uma nova morfologia das lutas sociais. Nós tivemos, nos inícios de 2020, tentativas de criação de um sindicato dos trabalhadores da Amazon em Alabama, nos Estados Unidos. E, a empresa conseguiu impedir a criação em abril de 2021, mas no ano seguinte, em abril de 2022, foi criado o primeiro sindicato dos trabalhadores da Amazon: o sindicato na unidade da Amazon em Nova Iorque. Como também os Estados Unidos viram recentemente lutas pela criação de sindicatos e formas de organização em empresas como Starbucks e tantas outras.

Então o que nós estamos vendo? Um nascimento de novas formas de luta. No caso brasileiro, eu quero citar dois exemplos que, para mim, são muito emblemáticos. O primeiro: a greve dos trabalhadores em plataforma. Os entregadores, em 1º de julho de 2020, organizaram o “Breque dos Apps”, em plena pandemia, greve que depois repetiu (20 e poucos dias depois). Foi um movimento com essa dimensão dupla, mas o dia mais forte foi 1º de julho. E eles lutaram pela primeira vez; fizeram, pela primeira vez, uma paralisação. Há todo um debate se é greve, se é paralisação, daí o nome “Breque dos Apps”. E pararam em várias cidades do Brasil dizendo que não aceitavam as condições de exploração. Então, queriam melhores pagamentos pela hora de trabalho, melhores condições de trabalho, condições para que pudessem trabalhar sob a pandemia sem o risco da letalidade etc. E esse movimento foi emblemático porque nós temos lutas de entregadores na Inglaterra, na Espanha, em vários outros países do mundo e na América Latina. Explodiu!

Ao mesmo tempo que se expande o trabalho uberizado de entrega de mercadorias, nasce a organização. Veja que, por exemplo, no “Breque dos Apps”, no dia 1º de julho, o mesmo instrumento que a empresa se conecta com os trabalhadores, pelo WhatsApp e pelo celular, foi o instrumental utilizado para a paralisação. E nós tivemos, em dezembro de 2022, a criação do movimento da Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativo, conhecida como Aliança, que é uma espécie de um organismo de representação amplo dos trabalhadores de aplicativos, entregadores. Ela tem como objetivo, e deixou claro na sua carta de princípios, que os entregadores sejam reconhecidos como entregadores e, portanto, assalariados, empregados e não autônomos, como diz o nefasto e horripilante PLP12 do governo Lula, que, na verdade, é um projeto das plataformas, que o Lula engoliu vergonhosamente, é preciso dizer, e é triste, mas é preciso dizer. A Aliança saiu da negociação, uma central que aglutina desde sindicatos, grupos de trabalhadores autônomos, trabalhadores individuais etc., é um organismo central amplo, um organismo amplo de representatividade desta categoria heterogênea. A Aliança recusou o PLP12 do Lula, esse que me referia há pouco. Saiu da negociação e, com isso, implodiu a possibilidade de aprovação que o governo Lula pensava em fazer ainda no começo desse ano e está agora parado no Congresso porque perdeu apoio e foi muito criticado. O papel da Aliança foi muito importante nisso.

Então, uma nova morfologia do trabalho gera uma nova morfologia das lutas sociais. Não houve história do movimento operário, não houve nenhum momento da história da classe trabalhadora que, em algum momento, tudo que é sólido ameaça a desmanchar. E isso ocorre, também, com a classe trabalhadora. Se a sua organização é um processo difícil — há muita recusa aos sindicatos por parte de muitos setores — nós sabemos que o neoliberalismo definiu desde cedo, Hayek assim o fez, no seu livro “O Caminho da

Servidão”, o sindicato de classe como inimigo do capitalismo. Então, urge demolir o sindicato de classe ou convertê-lo num sindicato negocial.

Criar um sindicalismo de classe hoje é um desafio, mas estamos vendo lutas em escala nacional, latino-americana, norte-americana, europeia, asiática, que mostram a retomada das lutas sociais dos trabalhadores, ainda que sob formas de organização que não serão mais exatamente as mesmas que tivemos no século XX. Assim como as que tivemos no século XX não foram iguais às aquelas que tivemos no século XIX.

Temporalis: Muito obrigado pela entrevista professor.

TEMPORALIS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil).

Agência financiadora

Não se aplica.

Contribuições dos autores

A entrevista foi elaborada em todas as partes pelos autores.

Aprovação por Comitê de Ética

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Consentimento dos autores.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.